

diretoria executiva

Abep quer intensificar interação com esferas governamentais

Dentro da política de fortalecimento do relacionamento e integração com as esferas federal e municipal, a **Abep** tem contribuído com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (*SLTI*) na implantação dos "Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico", o chamado "e-PING". Em outubro, por exemplo, o presidente da entidade Adriano Motta, esteve naquela secretaria, em Brasília, ocasião em que foi apresentada pelo secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Rogério Santanna, uma agenda de serviços interoperáveis nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Social, Administração, Economia e Finanças, Desenvolvimento Econômico, e Turismo.

O resultado do encontro foi apresentado por Motta na reunião da diretoria da **Abep**, dia 19 de novembro, em São Paulo. Na área social, por exemplo, Motta destacou a entrega de uma carta ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Patrus Ananias, na qual informa que a **Abep** tem participado de diversas iniciativas ministeriais visando a busca de soluções conjuntas. Assim, apresenta-se para auxiliar nos trabalhos de unificação das bases de dados dos diversos programas sociais do governo federal, bem como dos sistemas informatizados que tratam dos mesmos.



Da esquerda para a direita, os participantes da reunião da diretoria da Abep: René Lapyda, secretário executivo; Paulo Alcântara Saraiva Leão, vice-presidente; Adriano Motta, presidente; Cláudio Norikazu Uemura, diretor; Fábio Carpes, presidente do Ciasc; e Francisco Robson Lopes Ferreira, diretor

Na área da saúde, esclareceu Motta, a agenda de serviços interoperáveis contempla a identificação de usuários e o acesso a informações clínicas; na área da Administração, na otimização de compras governamentais; na de Economia e Finanças, colaborando na prestação de contas e nos sistemas de transferência de recursos públicos, via convênios. Ele lembrou que na área da Segurança Pública, um grupo formado por técnicos de afiliadas já vem trabalhando na formatação do Infoseg.

Pesquisa

Identificar as principais preocupações estratégicas dos gestores de Tecnologia da Informação das empresas

estaduais de informática e, a partir daí, elaborar um modelo que auxilie a gestão. Esse é o objetivo de uma pesquisa iniciada pela **Abep** no final de novembro e que será coordenada por Nelson Gouveia, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco.

A pesquisa utilizará a técnica denominada "Delphi" e compreende a aplicação de séries de questionários (*rounds*) até a obtenção da perspectiva do grupo (*consenso*) sobre a temática em discussão. "Essa técnica está lastreada pelo grande número de trabalhos de pesquisa aplicados em diversos países, entre eles Austrália e Estados Unidos, e que permitem avaliações da gestão da segurança da informação nas organizações", enfatizou Motta.

Medindo o retorno de investimentos em TI para e-Gov

Paulo Alcântara Saraiva Leão, vice-presidente da Abep

É fundamental medir o retorno de qualquer investimento, para que se possa fazer uma análise de custo-benefício criteriosa e confiável, permitindo a partir daí uma tomada de decisão mais fundamentada sobre determinado projeto. Nas áreas de Tecnologia da Informação (TI) e Governo Eletrônico (e-Gov) não é diferente. O complicador nesse caso é que os resultados vantajosos obtidos com o uso de TI são muitas vezes intangíveis e, portanto, de difícil mensuração. Com a evolução das técnicas e metodologias de análise de custos e cálculo de retorno de investimento (*custeio ABC, BPI etc*) podemos dizer que, embora a mensuração do retorno nessas áreas seja difícil, é completamente possível.

Os resultados alcançados com as soluções de TI para Governo Eletrônico precisam, portanto, ser precisamente medidos, visando justificar os investimentos. Para isso, é necessário também que sejam analisados os custos dos processos a serem considerados, antes e após serem aprimorados pelo emprego de TI.



tecnologia no negócio e, entendendo a análise de custos e retorno, e possam se convencer da justificativa para aquele investimento. Conhecendo os ganhos, tanto econômicos e de produtividade, quanto sociais e políticos que se pode ter, é mais fácil tomar decisão.

A utilização da TI na prestação de serviços pelos governos, através de iniciativas de governo eletrônico, pode trazer significativas economias para os cofres públicos, otimizando processos e reduzindo despesas. Isso permite que tais recursos, anteriormente gastos em custeio, possam ser redirecionados para áreas que carecem de investimento público. Além do mais, as melhorias introduzidas nos processos beneficiam os

eletrônico (*pagamento via Internet e caixa automático*) no Estado de São Paulo propiciou em 2003 uma economia de R\$ 177 milhões, sem falar na redução do custo para os cidadãos na ordem de R\$ 393 milhões. E o mais impressionante: com um *pay-back* de uma hora de funcionamento do sistema! Estima-se que no caso do IPVA, o País poderia obter uma redução de despesas com a sua arrecadação de R\$ 1,2 bilhão/ano.

A otimização dos processos através da TI, aumentando a produtividade e principalmente proporcionando economia, é uma das opções disponíveis aos governos para dispor de mais recursos para investimento com vistas a atender às crescentes demandas da sociedade. Talvez seja a mais viável, já que outras alternativas, como aumentar a arrecadação através de aumento de tributos ou realizar cortes no custeio da máquina governamental, estão bastante limitadas e têm um alto custo político.

A **Abep**, através de suas associadas, não poderia deixar de estar interessada nesse tema, pois sempre esteve envolvida diretamente com grandes projetos de TI para e-Gov no país. É imperativo que as organizações públicas de TI do País, de forma ampla, utilizem técnicas de análise de custos de processos e de mensuração de retorno de investimentos em TI. Assim, poderão ajudar os governos na decisão sobre a implementação de projetos de e-Gov que, além de trazer economia, melhoram a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

"A otimização dos processos através da TI aumenta a produtividade"

A necessidade em gerir custos e medir retorno de investimento em TI para governo eletrônico deve ser uma preocupação constante de todos os gestores públicos, e não apenas dos de TI. É preciso que os ordenadores de despesa conheçam o real impacto da

cidadãos com serviços prestados com mais agilidade, disponibilidade, confiabilidade e comodidade.

Só para citar um exemplo, conforme dados apresentados no último Secop por uma consultoria especializada na área, a implantação do IPVA

Celepar comemora 40 anos

A Companhia de Informática do Paraná (*Celepar*) completou, dia 24 de novembro, 40 anos de existência. Criada em 1964, é a primeira empresa de informática pública do País. Ao longo de sua história, a empresa acompanhou os avanços e as tendências tecnológicas para prestar serviços ao governo e ao cidadão.

O aniversário foi comemorado com uma solenidade no auditório do Canal da Música, que reuniu os funcionários da empresa e autoridades (*foto ao lado*).

De acordo com o presidente da companhia, Marcos Mazoni, "são 40 anos em que se pode avaliar o desenvolvimento da tecnologia da informação no mundo. Há 40 anos, foram lançados os primeiros computadores de grande porte e, nesses anos a tecnologia evoluiu muito. E a Celepar acompanhou e vivenciou todo esse processo".

Vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, a empresa é responsável pela

informatização em todas as secretarias e órgãos públicos. Entre as ações da companhia está a implementação de um programa de inclusão digital, que por meio de telecentros oferece acesso à informação à população carente.

Dinheiro público

Um dos mais recentes trabalhos desenvolvidos pela Celepar é a criação do portal "Gestão do Dinheiro Público" (www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br), que torna disponíveis todas as informações necessárias para o acompanhamento da gestão dos recursos públicos.

O portal apresenta com detalhes as receitas e as despesas, as dívidas externa e interna, os precatórios e o orçamento, sempre atualizados



Foto: Márcia Midori Kobiraki
Shinohara/Celepar

em tempo real. Ou seja, o pagamento de uma conta realizado ao meio-dia, por exemplo, poderá ser visualizado um minuto depois.

Ao colocar as informações, mesmo as consideradas estratégicas, à disposição dos cidadãos, o objetivo do governo paranaense é o de criar um ambiente adequado para a prestação de contas.

De acordo com o presidente da Celepar, o portal vai contribuir para a economia de custos, diminuição de gastos desnecessários, otimização das relações e do uso da tecnologia.

Relógio da Economia mostra recursos poupados por SP

A Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Fundap (*Fundação para o Desenvolvimento Administrativo*) e a Prodesp, lançou o Relógio da Economia (www.relogiodaeconomia.sp.gov.br), um site que explicita, de forma concisa, economias para o governo paulista e a sociedade civil geradas pela adoção de inovações processuais, administrativas ou tecnológicas.

A movimentação do relógio ocorre comparando-se os custos antes e depois da implementação das inovações. O diferencial entre os custos dos processos é o índice que movimenta o relógio, o qual informa, periodicamente, o montante que o Estado e a sociedade civil estão economizando graças à utilização dos novos processos. Os resultados obtidos e a metodologia adotada para reduzir custos podem ser visualizados acessando-se o link

de cada serviço.

A Bolsa Eletrônica de Compras (*BEC*), por exemplo, desde novembro de 2000, já reduziu os custos do governo de São Paulo em mais de R\$ 180 milhões. As empresas fornecedoras da BEC também se beneficiam das economias advindas da modernização do sistema, já que todos os procedimentos são automatizados e, portanto, simplificados. No mesmo período, elas economizaram R\$ 13 milhões.

Codeplan traça o "raio x" do Distrito Federal

Nenhum morador da região de Itapoã, no Distrito Federal, tem acesso à Internet. Esse é apenas um dos dados levantados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) feita pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). A pesquisa, realizada de julho a outubro, alcançou 21.132 domicílios das 27 Regiões Administrativas do Distrito Federal.

O PDAD pretende ser um instrumento de planejamento das ações governamentais, tendo como finalidade a produção de informações básicas para o estudo das características sócio-econômicas da população, como renda, grau de instrução, naturalidade, condições de moradia, acesso a equipamentos domésticos entre outros.

A pesquisa abordou informações referentes a Características da Unidade Familiar, Inventário de Bens e Serviços Domiciliares, Características Gerais e de Migração dos Moradores, Características de Educação/ Trabalho e Rendimento dos Moradores, Segurança Pública e Benefícios Sociais.

De acordo com o presidente da Codeplan, Durval Barbosa, a pesquisa deverá suprir a carência de dados e informações precisas e atualizadas sobre o presente, preparar o futuro, subsidiar o governo no planejamento e tomada de decisões bem como os demais órgãos públicos, privados e organismos envolvidos com a questão do desenvolvimento sócio-econômico da capital do País.

De acordo com a pesquisa, a população urbana do Distrito Federal é de 2.096.534

pessoas, das quais 22,65% acessam a Internet regularmente. Um número ainda baixo comparado a outros dados da pesquisa: 93,7% da população possui abastecimento de água e 98% são servidos por coleta de lixo.

Novos diretores

Mudanças ocorridas nas diretorias das afiliadas:

- **Codata (PB)**

Marcos Antônio Gonçalves Brasileiro, presidente

- **Seplan (RR)**

Cleneide de Oliveira N. da Rosa, coordenadora de Tecnologia da Informação

- **Agetis (SE)**

Silvani Alves Pereira, presidente

Abep presente no 5.º CBTIM

A **Abep** esteve presente no 5.º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para Municípios (CBTIM), representada por Fábio Carpes (foto), presidente do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc), que proferiu a palestra "Desenvolvimento cooperado e integração dos sistemas nas esferas federal, estadual e municipal".

Realizado de 29 de

novembro a 2 de dezembro, em São Paulo, o CBTIM é uma

realização da Associação Paulista de Municípios e visa oferecer aos gestores públicos municipais as ferramentas da tecnologia da informação, imprescindíveis para a modernização, transparência e inclusão social.



EXPEDIENTE

FATOS ABEP é uma publicação mensal, de circulação dirigida, da **ABEP** - Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados - Rua Agueda Gonçalves, 240 - CEP 06760-900 - Taboão da Serra, SP - Fones (0xx11) 6845.6094 e 6845.6103 -

Home Page: www.abep.sp.gov.br- **E-mail:** abep@sp.gov.br - **Redação e edição:** Notas e Notícias Ass. de Comunicação S/C Ltda - Praça Alpha de Centauro, 54 - Térreo - cj. 3 - Santana de Parnaíba, SP -E-mail: notasnot@terra.com.br - **Jornalista responsável:** Jorge Abduch - MTb 13.164-SP - **Editor assistente:** Luiz Gallo MTb 14.576-SP - **Impressão:** Companygraf - Coordenador Editorial: René Lapyda (Prodesp)

Colaboradoras: Cecília Miyata (Abep) e Aldair Ferreira dos Santos (Codin/RN)

ABEP

Diretoria Executiva Presidente

Adriano Henrique Olinto da Motta(Codin/RN)

Vice-presidentes

Paulo Alcântara Saraiva Leão (Etice/CE)

Diretor

Cláudio Norikazu Uemura (SGI/MS)

Presidente do Conselho

Marcos Vinicius Ferreira Mazoni (Celepar)

Secretário Executivo

René Lapyda (Prodesp)